

## 14074 - A certificação de orgânicos na Andaluzia, Espanha

*Certification of organic in Andalusia, Spain*

CALDAS, Nádia Velleda<sup>1</sup>; SACCO DOS ANJOS, Flávio<sup>2</sup>; POLLNOW, Germano Ehlert<sup>3</sup>

1 [velleda.nadia@gmail.com](mailto:velleda.nadia@gmail.com), 2 [saccodosanjos@gmail.com](mailto:saccodosanjos@gmail.com); 3 [germanogp13@gmail.com](mailto:germanogp13@gmail.com)  
Universidade Federal de Pelotas

### Resumo

Trata-se de estudo inserido no marco de um projeto internacional de cooperação existente entre a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade de Sevilha na Espanha. Envolveu a realização de pesquisa sobre processos de certificação de produtos orgânicos na Andaluzia. Baseou-se em entrevistas desenvolvidas com agricultores, técnicos agrícolas e agentes públicos e privados ligados à dinâmica da certificação. Nessa região espanhola houve uma tentativa de implantação de um sistema participativo de garantia, claramente inspirada na experiência da Rede Ecovida de Agroecologia. Investigar as causas e as circunstâncias que conspiraram para o fracasso dessa iniciativa foram os eixos essenciais dessa pesquisa que se desenvolveu em três territórios andaluses (Santiago-Pontones, Castril e Ronda).

**Palavras-chave:** Certificação por terceira parte; sistemas participativos de garantia; processos de certificação.

### Abstract:

This study was developed within a broader project of international cooperation between the Federal University of Pelotas and the University of Seville, Spain. Based on interviews with organic farmers, agricultural technicians and public and private agents linked to the dynamics of the certification. In this region of Spain, there was an attempt to create a participatory guarantee system, clearly inspired by the Brazilian experience "Rede Ecovida de Agroecologia". Investigate the causes and circumstances that conspired to the failure of this initiative were the main objectives of this research was developed in three areas of Andalusia (Santiago-Pontones, Castril and Ronda).

**Keywords:** Third party certification; participatory guarantee systems; certification processes.

### Introdução

As três últimas décadas coincidem com uma sensível expansão da produção ecológica e/ou orgânica em escala mundial, tanto do ponto de vista da superfície cultivada quanto do número de produtores identificados com sistemas de produção com estas características. Tal crescimento responde a um conjunto de fatores bastante conhecidos, sobretudo da pressão exercida por consumidores, cada vez mais orientados ao consumo de produtos que não ofereçam riscos à própria saúde.

Nesse sentido, há que pensar no fato de que paralelamente à expansão dos mercados e do avanço tecnológico, cresceu enormemente as distâncias entre consumidores e dos processos de elaboração de sua própria comida. Cresceram as suspeitas de contaminação e de manipulação dos alimentos por conta de escândalos cada vez mais recorrentes (doença das vacas loucas, crise das dioxinas na Europa, contaminação láctea no Rio Grande do Sul, apenas para citar alguns exemplos), próprios da sociedade de risco (Beck, 1998) em que estamos hoje imersos em relação à qualidade e procedência dos alimentos (Aguilar Criado, 2007).

É através desse prisma que se deve entender o crescimento experimentado, nos últimos anos, de um diversificado 'mercado de certificações'. No caso da produção de orgânicos existem basicamente duas grandes modalidades. De um lado, a

certificação por terceira parte (CTP), no qual uma entidade externa aplica uma série de controles para assegurar que determinado produto se ajusta a determinadas normas técnicas bem como que reúna os atributos de valor nos quais se baseia sua distinção. Na produção orgânica a certificação responde aos imperativos dos mercados, especialmente porque, diferentemente de outros artigos, as características diferenciais do produto não podem ser percebidas imediatamente e a olho nu. Produtos orgânicos, como aludem Barbosa e Lages (2006), são 'bens de crença'.

Todavia, não são poucas as críticas dirigidas à certificação convencional. Em boa medida elas referem o elevado custo deste serviço, sobretudo para os agricultores familiares e comunidades tradicionais que desejam acessar os mercados para comercializarem seus produtos e onde essa condição é exigida. O Brasil tornou-se uma referência em nível mundial por contar atualmente com um marco legal que admite, em igualdade enquanto aos seus efeitos, tanto a certificação por terceira parte (CTP) quanto os sistemas participativos de garantia (SPG).

Ambos os sistemas cumprem o mesmo objetivo, mas a filosofia inspiradora e a dinâmica que marcam o seu funcionamento são bastante distintas. Nesse sentido, se a CTP aparece marcada pela verticalidade dos processos e por concentrar o poder nas mãos das empresas certificadoras, nos SPG (e.g. Rede Ecovida) a ênfase recai na horizontalidade de relações que conectam produtores, consumidores e demais agentes. No caso da CTP tem-se uma lógica eminentemente comercial, ao passo que nos SPG espelha claramente a ideia de um processo de construção social da qualidade no qual outros valores (solidariedade, transparência, etc.) ganham protagonismo.

Não obstante, também é certo afirmar que a dinâmica operacional dos SPG requer um conjunto de condições, como posteriormente veremos, que ultrapassam a esfera eminentemente técnica da questão. De modo preliminar poder-se-ia dizer que se trata de um sistema que se apoia na capacidade dos próprios agricultores – de caráter essencialmente familiar – de estabelecer mecanismos de controle e fiscalização, sem prejuízo ao cumprimento das normas de certificação consagradas na legislação nacional que regula este setor. Ou seja o objetivo deste processo de certificação é de que ele não dependa, exclusivamente, de uma entidade externa e do exame realizado por um técnico (auditor), mas dos próprios agricultores no sentido de que os mesmos participem de uma dinâmica que lhes afeta diretamente em todas as etapas.

O surgimento dos SPG no Brasil, como é precisamente o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, deve ser entendido como expressão da capacidade de luta e de articulação das instituições envolvidas na defesa dos interesses da agricultura familiar e dos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Dita rede foi criada em 1998, reunindo em torno de si várias estruturas de mediação da agricultura familiar dos estados meridionais, incluindo organizações de consumidores, pesquisadores, agentes de extensão rural dentre outros atores.

À época a Rede Ecovida assumia o termo ecológico em lugar de orgânico por entender que o último deles aparecia identificado minimamente a um modelo de substituição de insumos. Todavia, a escolha do termo deve-se aos imperativos legais que envolveram a criação do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg) em 2011 e de um conjunto de dispositivos legais que vinha sendo gestado desde o final dos anos noventa. O caso da Rede Ecovida vem servindo de fonte de inspiradora para outras realidades como no caso espanhol que a seguir

examinaremos. Nesse contexto, conhecer as circunstâncias que cercaram a tentativa de implantação do SPG andaluz e investigar as causas que conspiraram para o seu fracasso foram os eixos essenciais dessa pesquisa que se desenvolveu em três localidades (Santiago-Pontones, Castril e Ronda) da Andaluzia).

### **Metodologia**

A construção de um SPG é um processo de natureza eminentemente social, razão pela qual buscamos na sociologia do desenvolvimento e na nova sociologia econômica (Granovetter, 1985, entre outros) algumas das chaves de compreensão acerca de fenômenos dessa natureza. Apoiamo-nos em noções como 'capital social' e na abordagem da chamada nova sociologia econômica para dar conta do objeto deste estudo. Para Abramovay (2003, p.87), o capital social corresponde ao *ethos* de uma certa sociedade e, nosso entendimento, a uma identidade moldada a partir de um conjunto de valores compartilhados, os quais não podem ser transferidos de um contexto para outro. Isso é crucial, sobretudo quando pensamos em valores simbólicos, a exemplo da disposição para a cooperação em torno à criação de um novo sujeito coletivo que não pode estar restrito a uma empresa, a um setor ou cadeia produtiva, mas sim a uma capacidade de articulação que faça aflorar as forças produtivas de um território em torno a uma determinada ideia-guia. Seria precisamente o caso da construção de um SPG?

Este estudo baseia-se no exame de duas fontes empíricas. A primeira delas corresponde aos dados reunidos em documentos e arquivos relativos à certificação de orgânicos na Andaluzia. A segunda delas corresponde às entrevistas (35) realizadas entre 2009 e 2010 com agricultores e diversos agentes públicos e privados ligados à certificação de orgânicos, incluindo aqueles que estiveram envolvidos na tentativa de implantação do SPG andaluz. As entrevistas foram transcritas e interpretadas através da técnica da análise de conteúdo.

### **Resultados e discussões**

A Espanha ocupa a sexta posição em nível mundial com 1,3 milhão de hectares certificados e o primeiro posto no âmbito europeu (Willer y Kilcher, 2011). Dentro da Espanha a Andaluzia apresenta uma situação de destaque, já que engloba praticamente 54% da superfície e 1/3 dos produtores ecológicos deste país. A evolução dessa forma de agricultura foi bastante acentuada, dado que passou de 2.212 hectares e 193 produtores em 1992, para 866.799 e 7.794 produtores em 2009.

A iniciativa de criação de um SPG andaluz foi levada a cabo através da Secretaria de Agricultura da Junta de Andaluzia, sob a égide de aliança, à época existente, entre o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e Los Verdes de Andaluzia, por meio da qual se deu a elaboração do Plano Andaluz de Agricultura Ecológica para o período 2007-2013, bem como a criação da *Direção Geral de Agricultura Ecológica*. O projeto do SPG envolveu a atuação de agentes dinamizadores em cada um dos três territórios escolhidos (Santiago-Pontones, Castril e Ronda), seguindo os pressupostos da metodologia da investigação ação participativa. Não obstante, um dos problemas foi assim descrito por um de nossos entrevistados:

No início do projeto não existia uma demanda concreta de SPG, somente de uma solução ao sistema de certificação individual. Se chegou muito rápido com a ideia e se forçou as mentalidades em alguns grupos. A ideia não partiu das bases e esse pode ter sido um dos freios mais importantes para a continuidade do projeto, uma vez perdida a tutela, leia-se financiamento e apoio técnico da administração. (E10, Granada, 20102010 - tradução nossa)

Três categorias (participação, controle social e transparência) básicas guiaram a análise das entrevistas. Nesse sentido, o exame da informação indica claramente diversos problemas relacionados com a construção social do SPG do ponto de vista do diálogo entre os três núcleos e a DGAE, e inclusive entre os próprios núcleos. As palavras de um dos entrevistados expressa algumas das facetas de um contexto no qual era visível a fragilidade do capital social, assim como a falta de clareza sobre os resultados que se poderia alcançar no caso de que esta experiência pudesse prosperar:

A dificuldade disso, eu tenho muito claro que isto no princípio não saiu necessariamente das bases, senão que foi um projeto-piloto da Direção Geral, porque a dirigia [...]¹. Existiam alguns problemas identificados com a certificação, fizeram uma proposta interessante, principalmente reunia as experiências latino-americanas. Então, o problema central disto para mim, que acredito que no Peru também passamos, é que o agricultor é pragmático. Ou seja, tu ao agricultor não pode contando coisas muito etéreas, certo? E, na verdade, o sistema de garantia participativo tem um forte componente etéreo ou um forte componente de esperança. (E22, Castril, 2010 - tradução nossa)

A ruptura do pacto político entre o PSOE e os Verdes de Andaluzia representou um duro golpe ao projeto de criação do SPG andaluz, assim como a outras iniciativas. De todas formas, não cabe dúvida que houve uma orientação tipicamente top-down na condução do processo por parte da DGAE, que se distanciou frontalmente das premissas do enfoque agroecológico, especialmente as que aludem à participação direta dos atores na tomada de decisões. Por outro lado, o alto nível de proteção e garantias oferecidas por meio da Política Agrária Comunitária (PAC) aos produtores tem sido responsável por alimentar o individualismo dos mesmos. Dentro da agricultura ecológica abunda a presença dos chamados “caza primas”, ou seja, produtores que se filiam a essa forma de produzir interessados nas ajudas econômicas e não propriamente pelos valores nela embutidos.

Coincidimos, portanto, com González de Molina (2009, p.52) quando afirma que em uma:

agricultura subsidiada como a europeia deve existir, em qualquer caso, incentivos complementares para fazer a conversão ao manejo ecológico economicamente atrativa. Basta dizer que a continuação das ajudas ambientais tem sido a chave do crescimento da agricultura ecológica na Andaluzia. (tradução nossa)

Na Espanha, do mesmo modo que em outros países europeus, não nos parece um exagero afirmar que são recorrentes os casos do que chamamos de um “ecologismo por conveniência”, sobretudo no grande número de produtores que se filiam a essa forma de produzir com o olhar dirigido sobre as ajudas agroambientais. Nos países latino-americanos como o Brasil, tais apoios são quase inexistentes, razão pela qual entendemos que muitas destas experiências refletem a prática de um “ecologismo por contingência”.

## **Conclusões**

Fracassou o projeto que visava implantar um SPG andaluz em face de uma série de fatores. A ruptura do pacto político, a pressão exercida pelas certificadoras privadas, a falta de articulação entre os três núcleos, e destes, a com a própria DGAE, são

---

<sup>1</sup> Omitimos o nome da pessoa mencionada na entrevista.

alguns dos aspectos determinantes. A fragilidade do capital social nos três territórios não é obra do acaso, mas fruto, entre outros aspectos, dos efeitos produzidos pela forma em que opera a Política Agrária Comunitária, com sua elevada carga de subvenções e uma escassa conexão da agricultura ecológica com outros atores, como é precisamente o caso das associações de consumidores. Na Andaluzia ainda hoje a agricultura orgânica é muito mais pensada para atender os mercados externos do que os internos. São bastante restritas as experiências com mercados institucionais ou mediante canais curtos de comercialização que, conjuntamente, poderiam alavancar o acesso aos mercados por parte dos produtores.

Por outro lado, como afirma Cuéllar (2008), a visão inicial das pessoas envolvidas era muito estreita. Há que pensar também na existência de um regulamento oficial demasiado rígido que impede que funcione outra forma de certificação que não seja a forma convencional ou por terceira parte. Por fim, mas não menos importante, a existência de certas inércias, nos três aludidos territórios, as quais foram determinantes para que não se pudesse avançar nessa questão.

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem à Capes, CNPq e FAPERGS pelos apoios recebidos.

### **Referências bibliográficas:**

- AGUILAR CRIADO, E. Productos locales, mercados globales. Nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural. In: GARCÍA DOCAMPO, M. (ed.), **Perspectivas Teóricas en Desarrollo Local**. La Coruña: Netbiblo, p. 147-169, 2007.
- BARBOSA, L.; LAGES, A. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. **Anais...** Brasília, Maio, 2006.
- BECK, U. **¿Qué es la globalización?: falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona, Paidós Ibérica, 1998.
- CUÉLLAR PADILLA, M. C. **Hacia un Sistema Participativo de Garantía para la producción ecológica en Andalucía**. 2008. 305 f. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sustentable) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, España, 2008
- GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **El desarrollo de la agricultura ecológica en Andalucía (2004-2007)**: crónica de una experiencia agroecológica. Barcelona, Icaria Editorial, 2009.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddeness. **American Journal of Sociology**, nº 91, p.481-493, 1985.
- SWEDBERG, R. **Joseph A. Schumpeter: The Economics and Sociology of Capitalism**. Princeton, N.J.:Princeton University Press, 1991.
- WILLER, H., KILCHER, L. The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2011. FiBL-IFOAM Report. IFOAM, Bonn and FiBL, Frick, 2011.